

ECO-157

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,
ATUÁRIA E CONTABILIDADE**

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

BSFEAC

**DISCIPLINA: Monografia II
PROFESSOR: Sérgio Nogueira**

**O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E A
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PEQUENA EMPRESA**

ALUNO: Luís Fernando Oliveira De Araújo

**Fortaleza
agosto de 1996 . 1**

MONOGRAFIA: O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO E A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA PEQUENA EMPRESA

Este trabalho tem por finalidade apresentar a PEQUENA EMPRESA como elemento preponderante ao desenvolvimento sócio-econômico das nações, destacando sua importância e qual ações governamentais devem ser implementadas para alcançar resultados positivos.

Poderá ser utilizado como fonte de pesquisa de modo a facilitar o aprendizado sobre o assunto. Destaque que a pesquisa deverá considerar dentre outros aspectos a ética científica.

MONOGRAFIA SUBMETIDA A COORDENAÇÃO DO CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

<i>Componentes da Banca Examinadora</i>	<i>Apresentação Escrita</i>	<i>Apresentação Oral</i>
<i>SÉRGIO VITORINO BEZERRA NOGUEIRA</i>	<i>9,0</i>	<i>9,0</i>
<i>FRANCISCO SÉRGIO VASCONCELOS BEZERRA</i>	<i>9,0</i>	<i>9,0</i>
<i>FERNANDO MENEZES XAVIER</i>	<i>9,0</i>	<i>9,0</i>

Média Final: *9,0 (nove)*

BSFEAC

SÉRGIO VITORINO BEZERRA NOGUEIRA
PROFESSOR ORIENTADOR

PROF. FRANCISCO SOARES
COORDENADOR

FRANCISCO SÉRGIO VASCONCELOS BEZERRA
BANCA EXAMINADORA

FERNANDO MENEZES XAVIER
BANCA EXAMINADORA

AGRADECIMENTOS

“... PARADOXAL TAMBÉM PODE PARECER A ÁGUA SER FORMADA POR DOIS GASES ALTAMENTE INFLAMÁVEIS. O QUE IMPORTA É O RESULTADO FINAL, CONSEQUÊNCIA DE COMBINAÇÕES...”

(AUTOR DESCONHECIDO)

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram para a realização deste trabalho, bem como aqueles que me incentivaram ao desenvolvimento do aprendizado e que ao longo dos tempos entende a nossa missão enquanto aluno e profissional.

Em especial deixo meus agradecimentos ao professor SÉRGIO NOGUEIRA, por ter contribuído decisivamente para a consolidação da minha formação, sobretudo porque sua missão como EDUCADOR transcende a formação educadora e contempla a formação profissional.

LUÍS FERNANDO OLIVEIRA DE ARAÚJO

Bacharel

SUMÁRIO

DISCRIMINAÇÃO	PÁG.
INTRODUÇÃO	03
A HISTÓRIA DA PEQUENA UNIDADE EMPRESARIAL - NO BRASIL E NO MUNDO	06
I - O DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA EMPRESA	06
TABELA I : CRITÉRIOS AVALIADORES DE TAMANHO	07
II - O DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA EMPRESA NO MUNDO	10
TABELA II : MEDIDAS DE APOIO IMPLEMENTADOS EM OUTROS PAISES	10
III - RESULTADOS OBTIDOS NO MUNDO COM AS PEQUENAS EMPRESAS	14
1. JAPÃO	14
2. ITÁLIA	16
3. FRANÇA	17
4. ALEMANHA	18
5. TAIWAN	18
6. CANADÁ	19
7. CINGAPURA	20
8. REINO UNIDO	20
9. UNIÃO EUROPÉIA	21
III - O DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA EMPRESA NO BRASIL	23
IV - O NÍVEL ORGFANIZACIONAL DAS PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL	29
CONCLUSÃO	33
BIBLIOGRAFIA	36

INTRODUÇÃO:

**“... O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DEVE MUITO AOS
RESULTADOS DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS”**

(SCHUMPETER, 1939)

Deixar de mencionar os aspectos históricos seria dispensável, desde que estes não fossem determinantes para o enfoque que se pretende dar a monografia, bem como aquele de caracterizar o momento atual como o centro de uma revolução sem precedentes na história econômica.

Durante o Século X a tecnologia foi dominada pelos chineses, através do desenvolvimento científico e cultural, fazendo face ao Ocidente. Antes, porém, já no século VII a China já conquistara alguns progressos no desenvolvimento econômico, através de uma reforma fiscal e agrária, e pelo comércio marítimo.

Importante ser verificado que a transferência desta liderança se deu através do invento da cela e das rédeas para carroça, oportunidade em que empregaram pela primeira vez o cavalo como tração nos campos de manejo. Isto se deu através dos monges Beneditinos, que também foram responsáveis no aproveitamento dos moinhos d'água e de vento, até então brinquedos, em máquinas. Com estas “pequenas” introduções mecânicas, a liderança tecnológica passa a ser orientada pelo Ocidente.

No século XVII ocorre a revolução comercial através do desenvolvimento dos primeiros navios cargueiros de grande porte.

A revolução industrial acontecida no século XVIII passou a dinamizar o ambiente econômico até momentos do surgimento de um novo surto tecnológico por volta de 1870 com o aparecimento de indústrias como: eletrônica, eletricidade, aço, químicos, automóveis e aviões.

“Com o advento do computador e a disseminação comercial da televisão (1946/1947) inicia-se um novo ciclo econômico no qual a informação se torna o princípio organizador da produção.”(1)

O fator que devemos questionar é até quando os ciclos econômicos baseados no progresso técnico, continuarão se substituindo em proporções idênticas as averiguadas até o presente momento. A imposição a uma adaptação a um novo nível de produção (processo produtivo) vem determinando graves crises do sistema capitalista de mercado. Todavia o que se verifica constantemente é que os modelos de MODERNA GESTÃO surge como meio de união ao processo de adaptação às modernas tecnologias, evitando desta forma o completo desmonte do sistema econômico.

(1) DRUCKER, Peter Ferdinand. As novas realidades: no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo. São Paulo. Pioneira. 1989

Aliado a isto podemos caracterizar a flexibilidade da **PEQUENA UNIDADE EMPRESARIAL** (2) , em virtude de sua menor complexidade estrutural , como elemento favorável a assimilação destas transformações técnicas e administrativas, são fatores que contribuirão para o desenvolvimento da economia globalizada.

Portanto, o que pretendemos apresentar com este trabalho é a PEQUENA EMPRESA como elemento imprescindível ao desenvolvimento econômico das nações, e neste sentido, esta não pode ser excluída das políticas governamentais, posto que o acesso a um mercado globalizado e competitivo somente serão palpáveis as PEQUENAS EMPRESAS na medida que mecanismos de incentivos e proteção forem possibilitados e induzidos pelo Estado. Veremos que por conseguinte , que o processo de organização administrativa será, melhor ou pior, bom ou ruim, conforme o reflexo das políticas de apoio as PEQUENA S EMPRESAS.

A HISTÓRIA DA PEQUENA UNIDADE EMPRESARIAL - NO BRASIL E NO MUNDO

I - O DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA EMPRESA

Inicialmente para falarmos sobre a Pequena Empresa se faz necessário dizer que os seus respectivos conceitos são difíceis de ser decifrado em todo o mundo, em virtude destas apresentarem uma grande heterogeneidade, diferenciando portanto de um país para o outro.

Isto pode ser identificado na França onde a manutenção de uma pequena empresa traduz o mesmo que adquirir um "status" legal, enquanto que na Hungria isto pode ser respondido pelo poder de propriedade. Na Alemanha distingue o "ofício" da indústria.. No Japão caracteriza-se por apresentar uma relação de firma independentes e firmas subordinadas

Outras dificuldades a ser tratado refere-se quanto a dificuldade de mensurar o tamanho das pequenas unidades empresariais, e isto não é uma particularidade do Brasil, visto que é verificado em todo o mundo. Todavia apesar das dificuldades encontradas para esta mensuração e estabelecimento de parâmetros através da agregação das diversas informações, o indicador TAMANHO apresenta-se, ainda, como um dos principais indicadores das organizações empresariais produtivas.

Neste tocante os diversos parâmetros indicadores das pequenas empresas no mundo refletem situações variadas conforme o país e até mesmo o órgão técnico de cada Estado. Como poderemos ver a seguir existe ao redor do mundo diversos critérios utilizados para a mensuração de seu tamanho conforme o país:

TABELA I: CRITÉRIOS
AVALIADORES DE TAMANHO

CRITÉRIO	PAÍS	OBSERVAÇÃO
<i>Número de Empregados</i>	<i>Brasil, Argentina, Malásia, Austrália, Cingapura, Tailândia, Coréia e Filipinas</i>	<i>Entende-se pelo critério de número de empregados, aqueles que estão desempenhando uma função dentro da atividade da empresa e que estejam formalizados.</i>
<i>Pessoal Ocupado</i>	<i>Argentina(Banco Central) Uruguai(Ministério da Indústria e Energia), México, Alemanha e pela Confederação Nacional da Indústria no Brasil</i>	<i>Compreende aquelas pessoas que estão engajadas no processo de trabalho da empresa, compreendendo os formais e informais.</i>
<i>Faturamento</i>	<i>México, Reino Unido, Alemanha, Taiwan. BANCO DO BRASIL, BANCO CENTRAL, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL</i>	<i>Abrange o faturamento legal da empresa. Nos bancos oficiais brasileiros este pode ser o último faturamento declarado ao Imposto de Renda, ou em casos de financiamento o faturamento projetado</i>

(Continuação)

CRITÉRIO	PAÍS	OBSERVAÇÃO
<i>Vendas</i>	<i>Canadá Banco Central do Brasil</i>	<i>Nível de Vendas da empresa.</i>
<i>Capital</i>	<i>Japão, Malásia e Taiwan</i>	<i>Capital declarado no contrato social da empresa</i>
<i>Investimento</i>	<i>Egito, Tailândia, Filipinas e Taiwan</i>	<i>Investimento realizado durante o período de funcionamento da empresa.</i>

FONTE: A GRANDE DIMENSÃO DA PEQUENA EMPRESA. Edição SEBRAE - 1995

Dentre outros meios de classificação existe a possibilidade , também, de ser destacado a existência de critérios qualitativos(3), que embora não sejam empregados com a mesma frequência servem para orientar o melhor enquadramento da PE , onde podem ser os seguintes:

- O titular mantém uma identidade entre a propriedade e a gestão da empresa.;
- A existência de um vínculo estreito entre a família e a empresa;
- Independência em relação as grandes empresas;
- Gestão Centralizadora por parte do Empresário;

(3) A identificação destes critérios se deram a partir de estudos sobre a característica empreendedora do Micro e Pequeno Empresário

- *Escassez de Recursos Financeiros;*
- *Dificuldades de acesso ao Crédito;*
- *Elevado grau de dependência com relação a clientes, fornecedores e concorrentes;*
- *Carater pessoal na relação com o cliente;*
- *Utilização intensiva de mão-de-obra;*
- *Mão-de-Obra não qualificada;*

A estrutura administrativa característica da PE tem prestado importante colaboração desde o princípio do processo de produção. Verifica-se que nenhuma economia no mundo deixou de prescindir da existência destas estruturas administrativas, o que diante desta nova situação econômica trás a discussão novos conceitos sobre mercado e apresenta novas imposições as empresas:

- *Globalização; e*
- *Empresas Flexíveis.*

Diante desta nova realidade a PE apresenta-se naturalmente com elevada importância a este novo cenário mundial, dado que esta revolução exige das estruturas administrativas uma maior agilidade no processo de adaptação as transformações de mercado, tais como: maior especialização aliado a um melhor controle de qualidade

Antes, porém, devemos destacar que foi a pequena empresa quem impulsionou a produção no pós-guerra, pois as suas características qualitativas possibilitavam maior agilidade podendo desta forma atender com maior rapidez as necessidades do mercado e as mudanças de hábito do consumidor daquela época.

II - O DESENVOLVIMENTO DA PE NO MUNDO

Verificou-se, portanto, uma tendência natural nas ações governamentais ao incentivo e fomento a instalação de PE desde este tempo (II Guerra Mundial) através de iniciativas que buscam a desregulamentação do setor e benefícios através de incentivos tributários e creditícios.

Veremos a seguir um resumo das principais medidas de apoio desenvolvida em diversos países em benefício a pequena empresa:

TABELA II : MEDIDAS DE APOIO IMPLEMENTADOS EM OUTROS PAISES

<i>PAÍS.</i>	<i>MEDIDA DE APOIO</i>
<i>Alemanha</i>	<ul style="list-style-type: none">• Recursos Federais para desenvolvimento de pesquisa• Programa para auxílio a nova empresa, com recursos para a formação de capital• Medidas fiscais para a redução de impostos na pequena empresa
<i>Canadá</i>	<ul style="list-style-type: none">• Lei sobre a concessão de empréstimos(1961)• Criação de Centros de Tecnologia• Banco Federal de Desenvolvimento oferece apoio financeiro e técnico(gestão)• Fundo de Desenvolvimento das Indústrias Culturais• Programa de Auxílio à Pesquisa

Canadá (Continuação)	<p><i>Industrial através do Conselho Nacional de Pesquisa</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Financiamentos através do Ministério de Diversificação da Economia do Oeste do Canadá. Auxilia o acesso ao crédito em outras instituições e no acesso de contratos governamentais.</i>
Cingapura	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Despesas com pesquisa e desenvolvimento realizados pela pequena empresa podem ser deduzidos em dobro(valor) para efeito de redução fiscal</i> • <i>50% dos investimentos em construção e aquisição de equipamentos podem ser deduzidos do imposto sobre o lucro;</i> • <i>Subsídios(30 a 90% do custo total) ao treinamento de Mão-de-Obra;</i> • <i>Estímulo a tercerização através de linhas de financiamentos.</i>
França	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Permissão de estabelecimentos de sociedades limitadas com apenas um membro</i> • <i>Descentralização Administrativa introduzida em 1982 pelo governo socialista</i>
Itália	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Criação de Distritos Industriais com especialização produtiva, ou seja, empresas de um mesmo setor ou sub-setor numa determinada região;</i> • <i>Criação de Centros Técnicos com a participação de empresas, câmaras de comércio, associações de empresas, governos regionais e Universidades.</i>

<p>Japão</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação (em 1947) da Agência para a Pequena e Média Empresa através do Ministério da Indústria e do Comércio Internacional (MITI); • Lei da pequena e média empresa(1963) que assegura a implementação de políticas destinadas a promoção das pequenas e médias empresas; • Lei da Promoção da Modernização(1963) visando o desenvolvimento tecnológico das pequenas empresas; • Lei Provisória sobre a Promoção da Indústria de Maquinaria(1956); • Lei Provisória sobre a Promoção da Indústria Eletrônica; • Concessão de Empréstimos Especiais com taxas de juros subsidiadas;
<p>Reino Unido</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assistência Técnica e orientação ao processo produtivo pelo Departamento de Indústria e Comércio, além de auxílio financeiro e técnico • Padronização de Informações sobre licitações por Órgãos Públicos visando facilitar a participação da pequena empresa;
<p>Taiwan</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Agência governamental Medium & Small Business Administration - MSBA (1981) subordinada ao Ministério de Assuntos Econômicos • Assistência e introdução de conhecimentos atualizados sobre processos mais eficientes de produção, qualidade e equipamentos mais modernos; • Promoção de Sistemas modernos de Gerenciamento • Conselho de Desenvolvimento do

<p><i>Taiwan (continuação)</i></p>	<p><i>Comércio Exterior, que orienta o processo de exportação para as pequenas empresas;</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Conselho de Planejamento Econômico e de Desenvolvimento, mantém o fundo sino-americano onde tem por objetivo financiar o desenvolvimento de novos produtos e melhoria da tecnologia e qualidade de produção;</i> • <i>Empréstimos visando reduzir a poluição ambiental provocado por pequenas empresas;</i> • <i>Fundo de Garantia e de Crédito para a Pequena e Média Empresa, formado pelo governo e doações de bancos visando forma um fundo para avalizar as empresas na obtenção de crédito;</i> • <i>Isenção ou Redução do Imposto de Renda Comercial;</i> • <i>Isenção ou parcelamento de impostos de importação de máquinas e equipamentos;</i> • <i>Isenção do Imposto Comercial sobre Exportações;</i> • <i>Redução ou Isenção de Impostos para pesquisa e desenvolvimento;</i>
<p><i>União Européia</i></p> <p style="text-align: center;">● SFEAC</p>	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Programa Integrado em favor das micro e pequenas empresas adotado pela Comissão Européia(1984) divididos em duas ações básicas:</i> <p><i>- medidas para o favorecimento de consultas do Estados-Membros e a coordenação entre eles para promover a melhoria do enquadramento das empresas e estimular o desenvolvimento de medidas de apoio a essas empresas, tanto em nível nacional quanto regional;</i></p>

FONTE: A GRANDE DIMENSÃO DA PEQUENA EMPRESA. Edição SEBRAE - 1995

III - OS RESULTADOS OBTIDOS NO MUNDO COM AS PEQUENAS EMPRESAS

Conforme pode ser identificado estes países alavancaram suas economias desde o pós - Guerra através do fomento e concessão de incentivos governamentais as PEs, fato este que somente é despertado no Brasil(4) na década de 90.

Com o intuito de identificar o sucesso destas ações apresentaremos os resultados em alguns países:

1. Japão

As ações governamentais japonesas iniciaram-se durante o período de reconstrução do pós-guerra, onde teve sua base orientada a garantia de recursos financeiros as PEs.

Em virtude destas medidas, este passou a experimentar um amplo período de desenvolvimento iniciado nas décadas de 50 e 60, oportunidade em que seu PIB registrava saltos de 10% ao ano. Isto foi possibilitado porque o Governo soube traçar um importante planejamento estratégico para o desenvolvimento baseado nas PEs, onde deu um enfoque

(4) Visando trazer maiores esclarecimentos, objetivo do estudo, sobre a ação governamental ao fomento das PE mais adiante será dedicado espaço com este fim.

inicial a modernização, sobretudo porque o Japão enfrentava escassez na oferta de mão-de-obra e necessitava conquistar novos mercados(5). Durante a década de 70 ocorreu uma estabilização no crescimento econômico, verificando em média um crescimento anual de 5% no PIB. Todavia com a ocorrência do choque do petróleo e em virtude do país não ser produtor, este importava grande parte de sua energia(6), o que levou a tomada de decisão em incentivar a conservação de energia e os recursos naturais. Em 1975 foi estimulada a reestruturação das PE dando-lhes condições de abandonar setores deficitários, buscando firmar-se em outros com melhores condições de desenvolvimento. Em 1976 foi fomentado o desenvolvimento de novos produtos, tecnologias, desenho industrial e treinamento de recursos humanos.

A partir de ações como estas possibilitaram uma importante característica da indústria japonesa, no caso a ascensão de PE a tornar-se grandes empresas(7). Com isso, a economia baseada em PE e Grandes Empresas (que outrora foram PE), passaram a adotar a subcontratação/terceirização como estratégia administrativa de desenvolvimento da produção, oportunidade em que possibilita a existência de 65% das PEs japonesas com este fim.

(5) Isto se deveu, também, em circunstância que o mercado interno ainda encontrava-se com sua economia combalida, onde necessitava incremento de novos recursos financeiros onde orientou a produção ao mercado externo

(6) Segundo "Energy Balances of OECD Countries" - 1991/1992 - OECD - o Japão importava 83,7% de sua energia.

(7) Dentre algumas empresas podemos citar o exemplo da SONY, onde através do aguçado espírito empreendedor de Akio Morita esta assimilou sobremaneira os incentivos e políticas governamentais para desenvolver sua empresa.

Outro dado importante refere-se a orientação estatal no sentido de permitir o acesso as PEs as compras realizadas pelo setor público através da desburocratização. Com isso 35% da demanda do setor público é atendida por PEs.

2. Itália

O modelo de desenvolvimento econômico italiano não deixou de privilegiar as PEs, contudo este difere na estratégia, posto que o governo privilegiou a formação de redes de pequenas empresas, caracteristicamente flexíveis, instaladas em distritos industriais onde visava explorar as especialidades regionais.

Isto possibilitou uma importante alavancagem na produção, sobretudo aquela oriunda das PEs. Algo em torno de 70% do PIB italiano dos últimos dez anos foi oriundo do processo produtivo das PEs, que possibilitou 18% do total das exportações. Geraram, ainda, 70% dos empregos e representaram 99% do total de empresas(8).

Ressalte-se que esta alavancagem a partir do fomento das PE foi possibilitado através de um plano de ação onde contemplava as seguintes medidas:

- 1. Incremento do Mercado Interno;*
- 2. Acesso facilitado ao Mercado Comum Europeu;*

(8) O critério utilizado para este dimensionamento, foi o adotado pela OECD onde aponta que Pequena Empresa(PE) é aquela que tem menos de 100 empregados. A mesma estatística aponta que na Alemanha representa 43% e no Japão 56% dos totais de empresas.

3. *Existência de mecanismos de proteção de Mercados as PE;*
4. *Disseminação de conhecimentos técnicos e de educação.*

Destaque-se que algumas particularidades regionais contribuíram para o desenvolvimento das PE, dentre as quais podemos citar:

- *Grande número de médias e pequenas cidades com riqueza própria;*
- *Facilidade ao crédito;*
- *Políticas favoráveis aos pequenos empreendimentos.*

3. França

Na França em virtude de sua estrutura política se fez necessário uma reestruturação administrativa governamental para que fosse possibilitado a alavancagem das PEs.

Os primeiros passos ao desenvolvimento adotado pelas PEs francesas foi na diversificação de sua linha de produtos, passando a controlar seus canais de distribuição e a operar como fornecedora, de modo que possibilitasse adaptar seus produtos mais rapidamente as necessidades dos consumidores. Outra importante decisão foi a de permanecer com uma estrutura administrativa enxuta, diversificando e investindo em outras companhias

Isto somente foi possibilitado através da orientação dos Governos Locais(9) que prestavam assistência financeira e interviam em empresas com dificuldades, ou em situação pré-falimentar.

(9) Anteriormente esta ação era desenvolvida pelo Governo Central, que a partir da reestruturação administrativa passou a decentralizar o atendimento as PEs.

4. Alemanha

Existe na Alemanha uma considerável diferença entre as PE e as Grandes Empresas, sobretudo se tratarmos do ponto de vista de recursos financeiros e humanos. Para suprir estas diferenças, as Pes encontraram como meio a cooperação, oportunidade em que estas agrupavam-se através de uma Central que tinha como objetivo fornecer treinamento, consultoria e assistência técnica/tecnológica.

“Observa-se na Alemanha uma mudança radical quanto à política para a pequena empresa. Mesmo que não tenha havido alguma alteração significativa, o ceticismo anterior quanto às oportunidades para o desenvolvimento de pequenas empresas cedeu lugar para o redescobrimto”(10). Isto se deveu também em virtude do aumento do desemprego, sobretudo após o advento da unificação.

A partir destas identificações o Governo passou a orientar suas ações as PE, através de incentivos a modernização e ao progresso tecnológico. Foi implementado outros dois programas visando auxiliar na formação de capital e subsídios fiscais.

5. Taiwan

BSFEAC

O governo considera a PE como elemento vital para o seu desenvolvimento econômico de seu país. Neste tocante providenciou a instalação de uma agência de apoio, no caso, a MSBA - Medium & Small Business Administration.

(10) BADE, F. J. *Survey on Industrial choice in the Federal Republic of Germany*. Berlim, IMM/IP.1985

Com isso se verificou um incremento considerável na constituição de PE, onde identificou-se que este tipo de estrutura administrativa passou a ter relevada importância na economia local, comprovada pelos seguintes dados:

- 98% do total de empresas ;
- 55% da produção nacional (PIB);
- 70% das vagas de trabalho;
- 65% das exportações;

Importante característica identificada nas PEs taiwandesas é o senso organizacional administrativo, bem como, a gestão familiar. Seus administradores detêm elevado nível de educação, com capacitação gerencial e estratégias de ação voltada para o mercado internacional.

Dos serviços oferecidos pela MSBA, tem os seguintes OBJETIVOS a serem logrados:

- *Progresso dos Negócios a nível externo;*
- *Assistência Financeira;*
- *Encorajamento de fusões para favorecer o crescimento e a competitividade;*
- *Facilidade ao acesso a financiamentos de capital de giro;*
- *Acesso ao Crédito;*
- *Fundo de Garantia de Crédito.*

6. Canadá

Os principais atos na esfera estatal foram impulsionados pela atividade do Ministério da Indústria, Ciência e Tecnologia, onde obteve importantes transformações na economia

local através do fomento da atividade econômica baseado nos incentivos as PEs. Para que isto fosse possível, teve as seguintes responsabilidades:

- I. Elaboração de política nacional voltada ao plano internacional, ao desenvolvimento industrial, científico e técnico.*
- II. Implantação de diversos órgãos técnicos de apoio e fomento as PEs;*
- III. Oferta de serviços financeiros e de gestão moderna;*
- IV. Desenvolvimento de indústrias setoriais (EX.: Indústria da Cultura)*
- V. Programa de auxílio a Pesquisa Industrial.*

7. Cingapura

As medidas adotadas na Cingapura visaram solucionar os principais problemas que impedem o crescimento das PE, dentre podemos citar:

- Dedução de recursos dispendidos em investimento produtivos;*
- Recursos para a contratação de assistência técnica e gerencial;*
- Estímulo a subcontratação;*
- Facilidade ao crédito;*
- Fomento do Capital de Giro das Empresas.*

8. Reino Unido

As principais medidas adotada no Reino Unido visava privilegiar a assistência técnica e a organização dos processo produtivos mediante a prestação de serviços gratuitos até o limite de 40 horas-técnicas ou 5 dias. Através do Departamento de Indústria e Comércio

fornece ajuda financeira e técnica para projetos de inovação tecnológica. E facilidade ao acesso das PE como fornecedores do Serviço Público por meio da desburocratização dos processos de aprovação de contratos inferiores a dez mil libras.

9. União Européia

A comissão européia realizou um extenso estudo para definição das prioridades do continente Europeu, onde definiu as seguintes metas: crescimento, competitividade e emprego.

A partir destas metas estabeleceu o Programa Integrado de Ação, onde identificou a importância das PE empresas como o meio de melhor alcançar os objetivos inicialmente propostos.

Neste sentido estabeleceu duas ações básicas:

- 1. Estímulo ao desenvolvimento das PE através da interrelação dos Estados-Membros;*
- 2. Ações voltadas a simplificação administrativa, no campo fiscal e na superação das disparidades do tratamento fiscal de Estado a Estado.*

Como podemos identificar, a ação governamental nos países citados se reverteu de grande importância para o desenvolvimento de suas economias. Destaque, ainda, que estes estabeleceram objetivos a serem alcançados e possibilitaram por meio de suas políticas o incremento da atividade empresarial das PEs.

Verifica-se com constância a facilidade ao acesso ao crédito, investimento em recursos destinados a pesquisa, assistência técnica, introdução de novos modelos de gestão,

orientação ao mercado externo, incentivo a sub-contratação, acesso as novas tecnologias, implantação de novos modelos de processos produtivos, como elementos básicos das políticas de desenvolvimento as Pes.

Neste tocante o paraleleo com o Brasil torna-se um ato inevitável, pois como poderemos imaginar-nos inserido no mercado internacional sem antes não termos uma estrutura de apoio as PEs brasileiras.

IV - O DESENVOLVIMENTO DA PEQUENA EMPRESA NO BRASIL

A pretensão de apresentar a realidade da PE no mundo provem do desejo de caracterizar a Pequena Empresa, e sua estrutura administrativa, como elementos fundamentais ao desenvolvimento sócio-econômico de qualquer país. Neste sentido passaremos a apresentar quais ações o Brasil tem desenvolvido no sentido de incrementar a atividade econômica das PEs e posteriormente traçar um paralelo entre as medidas de apoio implementadas no mundo.

Documentalmente tem-se notícia de menção a PE por parte do Setor Público Federal a partir do início da década de 70, através do relatório da Presidência da República - "Metas e Bases para a ação de Governo" onde destacava:

" ... devessem a média e pequena empresa, em país como o Brasil, de empresariado ainda em estágio de maturação, atuar em áreas de menor significação das economias de escala, funcionando, porém, como instrumento de democratização da riqueza. "

Com a realização do I PND - Plano Nacional de Desenvolvimento (1972 - 1974) e o Programa de Desenvolvimento de Desburocratização (Julho/1979) é que se iniciou as medidas efetivas de apoio a PE. Estas ações contemplavam, respectivamente:

- Concessão de crédito; e*
- Desburocratização na esfera pública Federal por meio de redução das obrigações burocráticas e encargos sociais.*

Contudo o grande salto foi realizado através da edição da Lei no.7256 de 27 de novembro de 1984, portanto há aproximadamente doze anos, onde institui o Estatuto da Microempresa.

Desde então, iniciou-se um processo de dimensionamento e caracterização da micro e pequena empresa no Brasil, para que desta forma fosse aplicado as benesses da lei, e que viesse a favorecer um maior conhecimento do segmento no país, e desta forma estabelecer políticas de apoio conforme estas identificações.

Todavia vivemos num país onde suas ações são muito contraditórias, onde estabeleu medidas até certo ponto pioneiras sob o aspecto legal (tratamento jurídico diferenciado as PEs) e continua sem uma política específica para o desenvolvimento do segmento. Para melhor ilustrar esta situação podemos relatar que o ESTATUTO DA MICROEMPRESA não chegou a ser implementado em todos os seus benefícios, notadamente aos aspectos que tratam da desburocratização dos processos de implantação e manutenção das empresas.

Conforme depoimento de João Geraldo Piquet Carneiro, em sua obra "Small Firms and Development in Latin America" este relata o seguinte:

"... existem aspectos arraigados profundamente em em nossa cultura administrativa que respondem à questão do centralismo administrativo e formalismo legal. Existem fatores conjunturais que possibilitam a não existência ou a descontinuidade de políticas públicas no campo das atividades econômicas de pequena escala."

Atualmente o Brasil apresenta um clima propício ao desenvolvimento da atividade empresarial.

" O Brasil passou ao longo dos últimos dez anos por grandes mudanças que transpareceram nas estatísticas econômicas. E graças a essas mudanças o País vive um novo ciclo de desenvolvimento, iniciado timidamente em 1992 e

consolidado em 1994, que se estenderá provavelmente até 2005. Será um novo milagre econômico semelhante ao da década de 1970, o período mais rico já registrado na história econômica brasileira.” (11)

Paralelamente a isso começa a surgir no país “vozes” favoráveis ao incremento de PEs por todos os cantos do país, todavia não realizam com o mesmo afinho um discurso voltado para o apoio estatal mais sério ao segmento, para que desta ocorra efetivamente um novo milagre econômico como preconiza Stephen Kanitz.

Como poderemos acreditar na real alavancagem das PEs no Brasil se no momento em que conhecemos as políticas traçadas por outros países, verificamos que estamos muito aquém do alcance de metas conseguidas a partir de estruturas administrativas de pequena escala.

Para maior esclarecimento de nossa opinião, apresentamos algumas políticas implementadas em outros países:

1. AÇÃO ESTRATÉGICA ADOTADA: Criação de uma Agência visando prestar apoio nas áreas técnicas, tecnológicas, gestão e afins.

IMPLEMENTADA NOS SEGUINTE PAISES: Canadá, Itália, Japão, Reino Unido, Taiwan

SITUAÇÃO BRASILEIRA: Em 1972 com a realização do I PND foi instituído o Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEBRAE. Outros órgãos que tem por objetivo o fomento e a assistência técnica também foram criados a nível Federal(Ex.: Cetrede), Estadual(Ex.: NUTEC).

(11) Kanitz, Stephen - O Brasil que dá Certo: o novo ciclo de crescimento - 1994-2005. São Paulo: Makron Books, 1994.

2. ACÇÃO ESTRATÉGICA ADOTADA: *Descentralização Administrativa*

IMPLEMENTADA NOS SEGUINTE PAIS: *França*

SITUAÇÃO BRASILEIRA: *Não existe no Brasil uma política que possibilite a PE ter um tratamento diferenciado em seus aspectos administrativos do ponto de vista local(municipal), pois todas ações governamentais são traçadas pelo Governo Central, não diferindo as características locais das demais características do país. Na França a descentralização das ações tornou-se uma das principais medidas de apoio as PEs, adotadas pelo governo socialista em 1982 e 1983 através de uma legislação específica.*

3. ACÇÃO ESTRATÉGICA ADOTADA: *Sistemas de Compras Governamentais*

IMPLEMENTADA NOS SEGUINTE PAISES: *Japão, Taiwan, Cingapura*

SITUAÇÃO BRASILEIRA: *A densa máquina estatal impossibilita um maior acesso das PEs as compras realizadas pelo Governo, que por conseguinte inviabiliza uma melhor distribuição da renda, posto que a grande maioria dos recursos são contratos a médias e grandes empresas. Todavia existe exemplos positivos. No Estado do Ceará o governo desenvolveu um trabalho voltado a aquisição do mobiliário escolar, que antes era oriundo de Curitiba, através do que ele chamou de PROGRAMA DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS. Isto possibilitou a não ocorrência de evasão de divisas a outros estados, bem como incrementou a atividade das PEs.*

4. ACÇÃO ESTRATÉGICA ADOTADA:*Educação*

IMPLEMENTADA NOS SEGUINTE PAISES: *Canadá, Itália, Japão, Reino Unido, Taiwan, União Européia, França, Alemanha*

SITUAÇÃO BRASILEIRA: *Verificou-se mais notadamente no Sudeste Asiático que o nível de competitividade das empresas foi elevando-se como a qualidade da educação de seu povo eleva-se, respondendo aos investimentos realizados para a formação básica escolar, educação universitária, técnica e profissionalizante. Outro aspecto que se encontra intimamente relacionado com educação, são aqueles que abranje os aspectos culturais do povo em questão, pois somente desta forma é que poderemos analisar o contexto em que se encontram as suas empresas, e quais as suas possibilidades de se enquadrarem em uma*

economia globalizada onde a cada momento exige-se uma melhor capacitação ao desenvolvimento de suas atividades. No Brasil esta questão no momento continua relegada a segundo plano, pois o que verificamos a cada ano são os investimentos em Educação Básica em processo de contenção. No momento em que estrapolamos este aspecto ao ambiente empresarial, verificamos um grande entrave as PE desenvolverem seus recursos humanos, visto que seus empregados não apresentam condições mínimas a absorção de treinamento técnico ou gerencial. Portanto esta parece ser a questão mais crucial e impeditiva para o desenvolvimento atual das PEs, posto que estas não dispõe de recursos suficientes para remunerar uma mão-de-obra com qualificação técnica suficiente, dado que as mesmas devem adotar como estratégia a formação e capacitação interna de seus Recursos Humanos.

5. AÇÃO ESTRATÉGICA ADOTADA: Fundo de Avaliação de Financiamentos

IMPLEMENTADA NO SEQUENTES PAIS: TAIWAN

SITUAÇÃO BRASILEIRA: *O Fundo de Aval para financiamento bancários a PEs somente no ano de 1995 foi implementado. Este tem por objetivo possibilitar as garantias exigidas pelas instituições bancárias, fato este que se tornou ao longo dos anos um grande empecílio ao desenvolvimento das PEs dado que as excluía de qualquer acesso ao crédito. No Estado do Ceará este benefício esta disponível as PEs desde este mês de agosto. Sua principal virtude está no fato de possibilitar investimentos de longo prazo as empresas, para que as mesmas possam, mesmo sem garantias reais, investir em novas tecnologias, máquinas e equipamentos, modelos de gestão, equipamentos de informática, dentre outros. Em Taiwan este recebeu o nome de Fundo de Garantia de Crédito e tinha em seu escopo a mesma finalidade, tendo porém sido implementado a bem mais tempo, o que possibilitou uma maior quantidade de investiemntos produtivos a partir das PEs.*

6. ACÇÃO ESTRATÉGICA ADOTADA: *Minipólos de Desenvolvimento*

IMPLEMENTADA NO SEGUINTE PAÍS: *Itália*

SITUAÇÃO BRASILEIRA: *A idéia básica para a formação dos minipólos de desenvolvimentos reveste-se da importância de explorar as riquezas locais, a partir da aglomeração de número de empresas correlatas e que explorem a vocação daquela localidade. Isto possibilitaria a disseminação de outros segmentos como o comércio e o serviço. Os conceitos de Minipólos se enquadra perfeitamente para o Brasil se considerarmos as suas extensas dimensões territoriais e que estes amenizariam consideravelmente as migrações num primeiro momento, e posteriormente poderiam até atrair a população marginal existente nas proximidades.*

V - NÍVEL ORGANIZACIONAL DAS PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL

Devido a esta ação precária desenvolvida pelas autoridades governamentais no intuito de favorecer a alavancagem das pequenas estruturas administrativas (PEs) é que verificamos as dificuldades com que os empreendedores conduzem suas empresas. As principais dificuldades referem-se aos aspectos relacionados com a organização administrativa, onde envolve aspectos como Planejamento da Produção, Vendas e de Mercado(estratégico); Controle dos Custos, Capacitação de Recursos Humanos, Controles Administrativos, outros.

Passaremos a apresentar agora algumas tabelas(12) que melhor ilustrarão e fundamentarão a tese de que se faz necessário uma maior dedicação ao desenvolvimento das PEs , sobretudo na melhoria dos aspectos que envolvem a sua condução(administração), para que desta forma as mesmas passem a ter uma atuação voltada aos aspectos que exigem a economia no momento: COMPETITIVIDADE E MODERNIZAÇÃO.

(12) As informações a serem apresentadas fazem parte da SÉRIE CONHECENDO SUA EMPRESA publicados pelo SEBRAE. As consultas foram realizadas as seguintes publicações:

- 1. Indicadores de Competitividade para MPE Industriais no Brasil - 1995*
- 2. Indicadores de Competitividade para MPE de Serviço no Brasil - 1995*

1. Estrutura de Custos das Empresas Industriais

<i>Gastos Com</i>	<i>% no Custo Total</i>
<i>Matéria Prima</i>	41.2
<i>Energia</i>	2.9
<i>Salários e Encargos Sociais</i>	20.1
<i>Pró-Labore</i>	3.2
<i>Impostos e Taxas</i>	14.7
<i>Outros</i>	17.9
<i>Total</i>	100.0

FONTE: Indicadores de Competitividade para MPE Industriais no Brasil - Edição SEBRAE - 1995

2. Formas de Seleção de Recursos Humanos das Empresas Industriais

<i>Formas de Seleção</i>	<i>%</i>
<i>Indicação Pessoal</i>	22.6
<i>Testes de Seleção</i>	56.8
<i>Firmas Especializadas</i>	15.0
<i>Outras</i>	5.6
<i>Total</i>	100.0

FONTE: Indicadores de Competitividade para MPE Industriais no Brasil - Edição SEBRAE - 1995

Importante dado identificado por esta pesquisa refere-se aos aspectos relacionados ao treinamento dos recursos humanos. Os dados apontados que a PE negligencia a capacitação de mão-de-obra(61%), ou fazem um treinamento interno voltado ao processo normal de trabalho(31%). Do total, apenas 8% realizam uma capacitação técnica de seus empregados.

3. Conhecimento/Relacionamento com os Clientes nas empresas de Serviço

<i>Tipo de Relacionamento</i>	<i>%</i>
<i>Registro de Sugestão</i>	23.3
<i>Pesquisa sobre Expectativas</i>	26.3
<i>Correspondência Personalizada</i>	35.6
<i>Cadastro de Clientes</i>	54.3

FONTE: Indicadores de Competitividade para MPE Industriais no Brasil - Edição SEBRAE - 1995

Como se verifica as PEs se ressentem de um melhor planejamento voltado ao mercado, dado que as mesmas mantém uma relação um tanto precária quanto a manutenção de seus clientes se considerarmos que estas reverterem pouca atenção a opinião (registro de solução/expectativas) do cliente, de modo a identificar seu desejos e necessidades.

4. Utilização de Controles Gerenciais nas empresas de Serviço

<i>Controles Gerenciais</i>	<i>%</i>
<i>Não Utiliza</i>	12.6
<i>Programa de Investimento</i>	28.5
<i>Planilha de Custos</i>	38.2
<i>Fluxo de Caixa</i>	51.0
<i>Controle de estoque</i>	53.7
<i>Controle de Caixa</i>	79.6

FONTE: Indicadores de Competitividade para MPE de Serviços no Brasil - Edição SEBRAE - 1995

Através da análise destes dados, identifica-se que as PEs mantém um certo nível de controles gerenciais. Todavia esta função não representa um avanço do ponto de vista de gestão administrativa, dado que os empreendedores não utilizam estas informações para a realização do planejamento estratégico da atividade de sua empresa.

De um modo geral, esta pesquisa identificou diversas dificuldades enfrentadas pelas PEs, informações estas que estão diretamente relacionado com o nível de organização atual de suas estruturas administrativas revelando dados importantes, como:

- 40 % não utilizam planejamento de produção;*
- 50 % não utilizam planejamento de vendas;*
- 45 % não utilizam sistema de apuração de custos;*
- 47 % não utilizam sistema de controle de estoques;*
- 85 % não utilizam técnicas de marketing;*
- 80 % não utilizam treinamento de recursos humanos;*
- 90 % não utilizam recursos de informática;*
- 65 % não utilizam sistema de avaliação de produtividade;*
- 60 % não utilizam mecanismos de controles de qualidade;*
- 75 % não utilizam lay-out planejado.*

FONTE: Indicadores de Competitividade para MPE Industriais no Brasil - Edição SEBRAE - 1995

Diante desta gama de informações, podemos concluir que nossos governantes ainda necessitam descobrir a PEQUENA EMPRESA como elemento de fomento a atividade econômica, e somente através de investimentos voltados a : Assistência Técnica ampla as Pes; Acesso ao Crédito; Estímulo a implantação de novos Modelos de Gestão; Modernização Tecnológica; dentre outros fatores que possibilitem as pequenas empresas condições de ingressar num mercado cada vez mais competitivo e globalizado.

CONCLUSÕES:

“... PARADOXAL TAMBÉM PODE PARECER A ÁGUA SER FORMADA POR DOIS GASES ALTAMENTE INFLAMÁVEIS. O QUE IMPORTA É O RESULTADO FINAL, CONSEQUÊNCIA DE COMBINAÇÕES...”

A motivação para a escolha da PEQUENA EMPRESA como tema central do presente trabalho, surgiu com o sentimento de demonstrar a importância desta na atual conjuntura sócio-econômica de nosso País, face o descaso governamental observado através de ações como: política de retenção de crédito (juros elevados), bem como a ineducada política contábil e fiscal.

Neste sentido foi analisado o tratamento diferenciado dispensado a estas empresas em países desenvolvidos e em desenvolvimento, como: Alemanha, Canadá, Cingapura, França, Itália, Japão, Reino Unido, Taiwan e União Européia..

O estudo das políticas adotadas nesses países vem confirmar o reconhecimento da PEQUENA EMPRESA como fator imprescindível ao desenvolvimento econômico e notadamente o incremento de emprego de renda.

Concomitantemente identificamos no Brasil uma inércia quanto ao implementos efetivo de políticas econômicas que possibilitem o progresso técnico e gerencial das PEQUENAS EMPRESAS.

Ressalte-se que a relação entre o Estado e a PE caracteriza-se em função da atuação do primeiro, pois deste deve partir todas as bases e condições para o desenvolvimento das PEs . Impõe-se, portanto, uma modernização da administração pública originando um processo de descentralização de maneira a diminuir e simplificar a máquina estatal.

Todavia acreditamos que o alicerce para o alcance do êxito desejado está na realização de um amplo PROGRAMA EDUCACIONAL BÁSICO, onde privilegie a formação do SER HUMANO, pois somente este é que capaz de ser efetivamente um agente de mudanças.

Atendendo esta expectativa inicial(e básica) teremos ainda a necessidade de implementar outras políticas direcionadas ao apoio das PEs , onde podemos indicar as seguintes soluções para a redenção da atividade econômica a partir da PEs.

1. Incremento das ações implementadas pelas AGÊNCIAS DE APOIO visando desta forma ampliar a orientação técnico-gerencial de modo a democratizar as informações e dos modernos modelos de gestão;

2. Criação da UNIVERSIDADE DA PEQUENA EMPRESA de modo a permitir o desenvolvimento técnico-científico dos técnicos integrantes das Agências de Apoio, bem como, a capacitação e formação de empreendedores. Este ensino terá por objetivo contemplar a orientação sobre os modernos modelos de gestão e sobretudo uma ampla formação técnica voltado aos aspectos de mercado;

3. Uma melhor orientação das ações governamentais de modo a explorar os fatores positivos locais, ou seja, o redirecionamento das ações a nível municipal através do incremento de Órgãos Técnicos de Apoio Independentes e com dotação de recursos suficientes a implementação de políticas regionais, que dentre outras podemos citar um Plano de Compras Governamentais que possibilite a oferta dos produtos originários das PEs;

4. Implementação de uma política de benefícios compatível com a estrutura administrativa das PEs ao qual contemple um tratamento tributário diferenciado, concomitantemente com uma adaptação da legislação trabalhista e previdenciária de modo a permitir a realização mais ampla de tercerização/subcontratação;

5. Facilidades no acesso ao crédito por meio da disseminação de mecanismo de aval e garantia visando o fomento da capacitação tecnológica, da produtividade, da competitividade e do controle da qualidade;

6 . Indução a realização de ALIANÇAS ESTRATÉGICAS a partir da formação de associações e/ou consórcios de empresas por interesse econômicos, visando tornar os efeitos negativos de sua pequena escala amenizados perante a concorrência e os fornecedores;

CONCLUÍMOS, PORTANTO, QUE SOMENTE APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DESTAS POLÍTICAS DE AÇÕES É QUE PASSAREMOS A ABSORVER OS RESULTADOS EFETIVOS DO CRESCIMENTO ECONÔMICO, PRESENCIANDO UMA NOVA REALIDADE NAS PEQUENAS EMPRESAS , ONDE POSSA PRIMAR POR UMA GESTÃO ADMINISTRATIVA EFICIENTE, DISSEMINANDO OS BENEFÍCIOS A TODO O SISTEMA ECONÔMICO FAVORECENDO A DEMOCRATIZAÇÃO DA RIQUEZA.

Luís Fernando Oliveira de Araújo

Formando de Ciências Econômicas.

BIBLIOGRAFIA

1. BEC. Relatório de Financiamentos, Fortaleza. BEC , 1994
2. BNDES. Qualidade e produtividade na indústria brasileira. - Rio de Janeiro, BNDES, CNI, Sebrae - 1996
2. CNI. Visão Atual da Micro, Pequena e Média Empresa no Brasil - São Paulo, CNI/DAMPI , 1989
3. MAKRON BOOKS. O Brasil que dá certo: o novo ciclo de crescimento - 1994/2005. São Paulo. Kanitz, Stephen. 1994
4. SEBRAE. Indicadores de Competitividade para Micro e Pequenas Empresas Industriais no Brasil, Brasília, SEBRAE, 1993
5. _____. Indicadores de Competitividade para Micro e Pequenas Empresas de Serviço no Brasil, Brasília, SEBRAE, 1993
6. _____. Indicadores Relativos a Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira, Brasília, SEBRAE, 1991
7. _____. Relatório Desempenho das Pequenas Empresas, Brasília, SEBRAE, 1993

8. _____ . A Grande Dimensão da Pequena Empresa, Brasília, SEBRAE, 1995.

9. SÍMBOLO. Pequena e Média empresa no Brasil, São Paulo. Editora Símbolo, 1991

10. UNICAMP. Pequenas E Médias Eempresas no Pensamento Econômico, Campinas, Dissertação de Mestrado, 1990..